

Conselho Pedagógico Proposta de Ata nº 55

Aos dias doze do mês de janeiro de dois mil e vinte e um, reuniu-se o Conselho Pedagógico da Escola Superior de Comunicação Social, via plataforma Colibri (<https://videoconf-colibri.zoom.us/j/82967890180>), às 17.00.

A reunião foi convocada pela Presidente do Conselho Pedagógico com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações
2. Mestrado em Audiovisual e Multimédia
3. Regulamento de Frequência e Avaliação do 2º ciclo
4. Assuntos supervenientes

À reunião estiveram presentes: Ana Carolina Gonçalves; Ana Raposo; Beatriz Costa; Beatriz Querido; Bernardo Cardoso; Clara Parente; Fernanda Bonacho; Filipa Subtil; Filipe Montargil; Helena Pina; Inês Carocha; Jerónimo Pereira; Joel Santos; Maria João Centeno; Raquel Rocha; Ricardo Pereira Rodrigues; Rosário Correia; Rúben de Matos; Rui Alves; Vanda Sousa e Zélia Santos.

Não estiveram presentes: Paula Nobre, que justificou a sua ausência; Ana Jones e Carlos Andrade, que não justificaram a sua ausência.

Ponto 1.

Informações

A Presidente começou por dar as boas vindas aos novos conselheiros, representantes do corpo discente, e fez votos de um ótimo mandato.

Informou que os questionários relativos ao funcionamento das UC de 1º semestre das licenciaturas, mestrados e pós-graduações, no âmbito do Sistema Interno de Garantia da Qualidade, vão ser disponibilizados em breve.

Referiu que no dia 11 de novembro decorreu uma reunião promovida pela direção com os coordenadores dos cursos de licenciatura e a presidente deste conselho para realizar um balanço do funcionamento do 1º semestre até à data. Tendo presente os assuntos apresentados em reunião deste conselho no dia 3 de novembro, foi assumido pela direção que, no 2º semestre, se iriam fixar, por curso ou por semestre, as semanas em que as aulas vão decorrer de forma presencial e as semanas em que vão decorrer à distância, bem como recuperar a duração semanal das UC anterior à pandemia (maioritariamente 1h e meia mais 1h e meia). Foi ainda referido que o primeiro ano dos cursos iria merecer uma atenção especial, nomeadamente averiguar a possibilidade de as aulas presenciais funcionarem sem divisão de turmas.

Por último, manifestou o sentimento de pesar, em nome do Conselho Pedagógico, pelo falecimento do Professor Fernando Otero, antigo professor, Presidente da escola e Vice-Presidente do Politécnico de Lisboa.

Ponto 2.

Mestrado em Audiovisual e Multimédia

A Presidente passou a palavra ao conselheiro Filipe Montargil, representante do corpo docente do curso de mestrado em Audiovisual e Multimédia e coordenador do curso de Mestrado em Audiovisual e Multimédia, para apresentar a proposta de alteração ao Mestrado em Audiovisual e Multimédia.

O professor Filipe Montargil apresentou a proposta de alteração ao Mestrado em Audiovisual e Multimédia (anexo 1), afirmando que o objetivo de todos os cursos é conseguir a acreditação da A3ES pelo período máximo, o que aconteceu pela última vez no caso do mestrado em Audiovisual e Multimédia em 2016, em que o curso foi acreditado por seis anos. Nesse processo, a Comissão de Avaliação Externa (CAE) proferiu um conjunto de comentários e recomendações, do qual gostaria de destacar a necessidade de maior integração entre as UC e a importância de construir uma identidade forte de investigação, não exclusivamente científica, de relação estreita com o tecido empresarial. Em 2018, ano em que assumiu a coordenação do curso, a Comissão Técnico Científica (CTC) do curso decidiu, de modo a iniciar, da melhor forma, a preparação da resposta às recomendações da CAE, manter a estrutura da CTC: dois professores a tempo integral, três professores do mestrado com ligação à escola e ao mercado e alargou-a a mais dois profissionais que não tivessem ligação à escola e sim uma ligação muito forte ao mercado (com funções de

direção ou sócios majoritários de alguma organização de referência em Portugal e internacionalizada). A CTC foi fundamental para o caminho definido: responder às recomendações da A3ES, continuar a valorizar a componente concetual/teórica/crítica do curso e desenvolver outra mais próxima do mercado para que o curso fosse mais aplicado. Pretende-se aproximar o curso das empresas através de estágios e assim contribuir para uma maior empregabilidade. O que obrigou a mudar o plano de estudos do curso. Além da CTC, este processo de alteração resulta da auscultação a professores, alunos, antigos alunos e empresas; dentro da escola, foram ainda constituídos dois grupos de trabalho, um no âmbito da secção de Audiovisual e Multimédia e outro na secção de Ciências Sociais. A grande alteração a propor é o facto de o funcionamento de algumas UC passar a modular, o que permite e facilita a articulação entre as UC. No seu entender, esta proposta permite responder a várias das questões levantadas pela A3ES, ainda mais quando o curso está novamente a ser avaliado. Pretende-se submeter esta proposta, depois de internamente passar por este órgão e pelo Conselho Técnico Científico, até ao final de fevereiro.

A conselheira Raquel Rocha, representante do corpo discente do curso de mestrado em Gestão Estratégica das Relações Públicas, congratulou a coordenação do curso pela proposta apresentada e sublinhou ser notória a dedicação e o esforço em ouvir os vários *stakeholders*. Considera ainda que a abordagem de *learning by doing*, presente nesta proposta, está em sintonia com aquilo que os alunos procuram no ensino politécnico e destacou as duas UC de Projeto, os estágios de curta duração e a oferta de várias UC opcionais, permitindo aos alunos decidir o seu percurso.

A Presidente perguntou se a alteração proposta à organização de parte das UC do primeiro ano, que passam a funcionar de forma modular, tem alguma implicação em termos de calendário escolar. Referiu ainda que seria importante acrescentar uma coluna ao plano de estudos relativa à carga horária semanal por UC; sendo que as UC semestrais têm uma carga horária de 2 horas, questionou qual é a carga horária das UC com tipologia Outra.

O professor Filipe Montargil agradeceu à representante do corpo discente do curso de mestrado em Gestão Estratégica das Relações Públicas por ter referido as UC de Projeto Interdisciplinar I e II, já que não o tinha feito na sua apresentação e são fundamentais atendendo a ligação às empresas. Relativamente às questões levantadas pela Presidente, referiu que a proposta continua enquadrada na matriz das 15 semanas por semestre, com 4 horas de aulas por dia, três dias por semana. Nas UC semestrais, a carga horária proposta é de 2 horas por semana; nas UC que vão funcionar de forma modular, vai acontecer que, numa semana, podem ter 0 horas e noutras semanas, entre 4 a 8 horas.

A conselheira Ana Raposo, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Relações Públicas e Comunicação Empresarial, começou por felicitar a coordenação do curso e toda a

Atas Conselho Pedagógico

equipa pelo trabalho desenvolvido. Considerou que, no documento disponibilizado, entre as competências e os destinatários do curso não existe concordância; estranhou a ausência no plano de estudos de UC da área científica de Ciências da Comunicação (CC) e, em particular, o facto de a UC de Comunicação e *Storytelling* estar na área científica de Estudos em Audiovisual e Multimédia quando existem a funcionar na escola outras UC com competências semelhantes e que pertencem à área científica de CC.

A Presidente referiu que também tem algumas questões relacionadas com a componente científica do curso, mas considera que sendo questões que escapam à competência deste órgão, serão objeto de discussão na reunião do Conselho Técnico Científico.

O professor Filipe Montargil referiu que os proponentes procuraram dar o máximo de informação sobre cada uma das UC, nomeadamente se é uma UC nova ou se recupera alguma das já existentes, sendo que a UC de Comunicação e *Storytelling* recupera, em grande medida, conteúdos de UC do atual plano de estudos e pertencentes à área científica de EAM. Relativamente à outra questão colocada pela conselheira representante do corpo docente do curso de licenciatura em Relações Públicas e Comunicação Empresarial, concorda que seja acrescentado no item destinatários "domínio da comunicação, conceção, produção e gestão de conteúdos audiovisuais e multimédia", ainda que o termo multimédia não lhe pareça o melhor.

O conselheiro Ricardo Pereira Rodrigues, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Audiovisual e Multimédia, referiu que multimédia é uma área de estudos que tem de aparecer, sendo crucial numa formação de 2º ciclo.

O conselheiro Bernardo Cardoso, representante do corpo docente do curso de mestrado em Audiovisual e Multimédia, considera que o termo multimédia nunca foi atualizado e seria melhor uma outra designação.

A conselheira Vanda Sousa, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Audiovisual e Multimédia, destacou a relevância do multimédia e referiu que o audiovisual tende a caminhar para o multimédia.

A Presidente propôs que o Conselho se pronunciasse favoravelmente à proposta de alteração ao Mestrado em Audiovisual e Multimédia, salvaguardando os seguintes aspetos: especificar a carga horária semanal de cada UC e acrescentar no item destinatários: "domínio da comunicação, conceção, produção e gestão de conteúdos audiovisuais e multimédia". A proposta foi colocada a votação e aprovada por maioria com duas abstenções.

Ponto 3.

Regulamento de Frequência e Avaliação do 2º ciclo

A Presidente apresentou uma proposta da Comissão Coordenadora dos Mestrados de alteração ao Regulamento de Frequência e Avaliação do 2º ciclo (anexo 2).

A conselheira Raquel Rocha, representante do corpo discente do curso de mestrado em Gestão Estratégica das Relações Públicas, referiu que a alteração proposta ao artigo 9.º, Critérios de seleção, pode não ser benéfica porque os futuros candidatos só quando for publicado o edital é que têm acesso a esses critérios.

A Presidente apresentou as seguintes propostas de alteração ao Regulamento de Frequência e Avaliação do 2º ciclo:

Artigo 7.º

Regras sobre a candidatura ao ciclo de estudos

São admitidos à candidatura aos mestrados os candidatos que:

- a) Sejam titulares do grau de licenciado ou equivalente legal;
- b) Sejam titulares de um grau académico de nível superior estrangeiro, que seja reconhecido como satisfazendo os objetivos do grau de licenciado pelo Conselho Técnico-Científico da ESCS;
- c) Sejam detentores de um currículo académico, científico ou profissional, reconhecido fundamentadamente pelo júri como atestando capacidades para a realização deste ciclo de estudos pelo Conselho Técnico-Científico da ESCS.

A proposta de alteração ao artigo 7º foi colocada a votação e aprovada por maioria com uma abstenção.

Artigo 9.º

Critérios de seleção

1. Os candidatos que reúnam as condições para a candidatura ao ciclo de estudos serão selecionados e seriados tendo em conta os critérios expressos em edital e que serão disponibilizados anualmente no sítio da internet da ESCS.
2. O processo de seleção pode ser repartido até três fases aprovadas anualmente, de acordo com o calendário escolar, cabendo a cada júri a definição do número de vagas para cada fase dentro do total aprovado.

A proposta de alteração ao artigo 9º foi colocada a votação e aprovada por unanimidade.

Artigo 26.º

Normas de estilo: Dissertação/Trabalho de Projeto/ Relatório de Estágio

1 — Referenciação.

1.1 — Os sistemas de referenciação aceites são os da Associação Americana de Psicologia (American Psychological Association – APA), última edição.

2 — Grafismo.

2.1 — A apresentação das dissertações, relatórios de estágio ou trabalhos de projeto de mestrado deverá garantir uma boa legibilidade e a harmonização gráfica conjunta, pelo que a sua formatação deverá obedecer às seguintes normas de estilo:

- a) Formato A4, impresso em papel branco de 80 gramas;
- b) Margem exterior, superior e inferior com o mínimo de 2 centímetros, e margem interior com o mínimo de 2,5 centímetros;
- c) Corpo do texto composto a preto em fonte tipográfica serifada (ex.: Times New Roman);
- d) Títulos compostos a preto, ou cor escura, em fonte serifada ou não serifada (ex.: Arial);
- e) Tamanho de letra e entrelinha variáveis de modo a garantir um número médio de caracteres por página entre 2200 e 3200, incluindo espaços (ex.: Times New Roman, corpo 12, com espaçamento entre linhas de 1,5);
- f) Numeração de página até à introdução (exclusive) em numeração romana, na margem inferior ou exterior;
- g) Numeração de página do corpo do trabalho e anexos em algarismos árabes, na margem inferior ou exterior;
- h) Capa de acordo com o modelo único predefinido (ver Anexo I).

3 — Parte para textual.

3.1 — Declaração anti plágio.

3.2 — Resumo em português e em inglês não excedendo os 1500 caracteres, 5 palavras-chave em ambas as línguas.

4 — Extensão total

4.1 — A extensão total da dissertação, do trabalho de projeto ou do relatório de estágio deve situar-se entre os limites mínimo e máximo de 120 000 caracteres e 180 000 caracteres com espaços, excluindo bibliografia e anexos.

A proposta de alteração ao artigo 26º foi colocada a votação e aprovada por unanimidade.

Artigo 28.º

Processo de nomeação do(s) orientador(es) e regras a observar na orientação

1 — O(s) orientador(es) do trabalho final (dissertação, trabalho de projeto ou relatório de estágio) deve(m) ser detentor(es) do grau de Doutor ou Especialistas de reconhecida experiência e competência profissional.

2 — No caso de se tratar de um estágio com relatório, é necessária a indicação de um responsável pelo estágio que deverá ser o responsável do setor ou departamento da organização onde se efetue o estágio, o qual será nomeado pela organização e aprovado pelo Conselho Técnico-Científico da ESCS.

3 — A proposta de nomeação do(s) orientador(es) deverá ser acompanhada por uma informação conjunta do mestrando e do(s) orientador(es) proposto(s) sobre o tema da dissertação, do trabalho de projeto ou do relatório de estágio com uma breve descrição do trabalho a realizar. A entrega desta proposta ao Conselho Técnico-Científico deverá ser efetuada nos prazos estipulados pela Direção e que serão divulgados aos estudantes.

4 — A nomeação do(s) orientador(es) é feita pelo Conselho Técnico-Científico da ESCS no prazo de 22 (vinte e dois) dias úteis após a entrega da proposta.

A proposta de alteração ao artigo 28º foi colocada a votação e aprovada por unanimidade.

Artigo 29.º

Regras sobre a entrega e apresentação da dissertação ou do trabalho de projeto ou do relatório de estágio e sua apreciação

1 — Sem prejuízo do regime de prescrições definido no presente Regulamento, a dissertação, o trabalho de projeto ou o relatório de estágio deve ser entregue até ao último dia do último semestre previsto para a conclusão do curso, ou em data anterior, mas nunca antes da conclusão da parte escolar do Mestrado (75 (setenta e cinco) ECTS).

2 — O trabalho final pode ser redigido, apresentado e discutido em outra língua dos países da União Europeia, sendo que o uso de outra língua carece de autorização prévia por parte do orientador e da comissão científica dos mestrados, tendo que incluir um resumo alargado em língua portuguesa.

3 — O estudante deverá enviar por correio eletrónico (próprio para o efeito) o impresso do pedido de realização de prova pública, com o parecer do(s) orientador(es), acompanhado pela versão final do trabalho e o *Curriculum Vitae*.

4 — Nos 30 (trinta) dias subsequentes à data do despacho de nomeação do júri, o estudante será informado da aceitação da dissertação, do trabalho de projeto ou do relatório de estágio, ou, em alternativa, da recomendação para a sua reformulação, com indicações precisas para a mesma.

5 — Verificada a situação a que se refere a parte final do número anterior, o estudante disporá de um prazo máximo de 40 (quarenta) dias úteis durante o qual pode proceder à reformulação da dissertação, do trabalho de projeto ou do relatório de estágio, ou declarar que o(a) mantém tal como o(a) apresentou.

6 — Recebida a dissertação, o trabalho de projeto ou o relatório de estágio reformulado(a), ou feita a declaração referida no número anterior, procede-se à marcação da prova de discussão.

7 — Considera-se ter havido desistência do estudante se, esgotado o prazo referido no n.º 5, este não apresentar uma dissertação, um trabalho de projeto ou um relatório de estágio, nem declarar que prescinde da respetiva reformulação.

A proposta de alteração ao artigo 29º foi colocada a votação e aprovada por unanimidade.

Artigo 31.º

Regras sobre a nomeação, composição e funcionamento do júri

1 — A dissertação, o trabalho de projeto ou o relatório de estágio será objeto de apreciação e discussão pública por um júri nomeado pelo Conselho Técnico-Científico da ESCS.

2 — O júri que apreciará a dissertação, o trabalho de projeto ou o relatório de estágio deverá ser nomeado no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis após a respetiva entrega.

3 — O júri deve integrar entre 3 (três) e 5 (cinco) membros sendo que, caso exista mais do que um orientador, apenas um pode integrar o júri.

4 — Os membros do júri devem ser especialistas no domínio em que se insere a dissertação, o trabalho de projeto ou o relatório de estágio e são nomeados de entre os nacionais ou estrangeiros titulares do grau de Doutor ou especialistas de mérito reconhecido como tal pelo Conselho Técnico-Científico da ESCS.

5 — O despacho de nomeação de júri deve ser comunicado ao estudante por escrito no prazo de 10 (dez) dias úteis após a sua nomeação.

6 — Para apreciação da dissertação, do trabalho de projeto ou do relatório de estágio, o júri será presidido pelo membro mais antigo da categoria mais elevada pertencente à ESCS.

7 — Após a discussão da dissertação, do trabalho de projeto ou do relatório de estágio em prova pública, o júri reúne para apreciação e classificação da prova, sendo que:

- a) As deliberações do júri são tomadas por maioria dos membros que o constituem, através de votação nominal justificada, não sendo permitidas abstenções;
- b) Das reuniões do júri são lavradas atas, das quais constam os votos de cada um dos seus membros e a respetiva fundamentação, que pode ser comum a todos ou a alguns membros do júri;
- c) No caso de a dissertação, o trabalho de projeto ou o relatório de estágio ter merecido aprovação, a sua classificação é a que resultar da média aritmética das classificações atribuídas por cada membro do júri na escala numérica de 10 (dez) a 20 (vinte) valores.

A proposta de alteração ao artigo 31º foi colocada a votação e aprovada por unanimidade.

Artigo 35.º

Prazos de emissão da carta de curso e certidões

1 — A emissão da certidão final do curso será feita no prazo de 20 (vinte) dias úteis após a sua requisição, à exceção da época de matrículas/inscrições, em que o prazo poderá ser estendido até 30 (trinta) dias úteis.

2 — A emissão da carta de curso será efetuada no prazo de 1 (um) ano após requisição.

A proposta de alteração ao artigo 35º foi colocada a votação e aprovada por maioria com uma abstenção.

Ponto 4.

Assuntos supervenientes

A conselheira Filipa Subtil, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Jornalismo, questionou quando seria a próxima reunião deste conselho, a de balanço do 1º semestre.

A Presidente referiu que, em princípio, será na segunda metade do mês de fevereiro, já que se pretende que a reunião seja depois das Comissões Pedagógicas dos cursos. Também pretende que nessa reunião seja apreciada a componente de ensino/aprendizagem do Relatório do SIGQ relativo ao ano letivo 2019-20.

A conselheira Zélia Santos, representante do corpo docente do curso de mestrado em Publicidade e Marketing, referiu que a componente de ensino/aprendizagem do referido relatório está praticamente concluída, faltam as indicações decorrentes dos Relatórios de Curso.

O conselheiro Rúben de Matos, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Jornalismo, manifestou o seu agrado por algumas das questões que tinham sido levantadas na anterior reunião deste conselho terem tido eco no planeamento da direção para o 2º semestre e

agradeceu a todos, colegas e professores, por terem conseguido manter, ao longo do 1º semestre, o planeamento inicial das atividades letivas e a flexibilidade demonstrada pelos professores apesar dos transtornos que algumas solicitações dos alunos possam ter causado. Referiu ainda uma situação que trouxe algum desconforto e falta de confiança aos alunos do 2º ano e que se relaciona com a falta de planeamento na realização de um teste na semana anterior a esta reunião. O teste para as duas turmas do 2º ano estava agendado para uma das salas grandes da escola. Começou por haver alguma aglomeração de alunos à porta da sala e à medida que foram entrando e ocupando os lugares disponíveis, verificou-se que o número de alunos era superior ao número de lugares, assim alguns alunos foram encaminhados para uma segunda sala para poderem realizar o teste. Os alunos consideram que não foi feito o planeamento necessário e que este é um exemplo do que não se pode repetir em particular na época de exames que se aproxima.

A conselheira Clara Parente, representante do corpo discente do curso de licenciatura em Audiovisual e Multimédia, referiu que, no início do semestre, existia o receio de que o distanciamento entre cadeiras não fosse o adequado e que as janelas abertas iriam incomodar, mas à medida que o semestre foi decorrendo esse receio foi desaparecendo.

A conselheira Filipa Subtil, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Jornalismo, referiu que, se na reunião de novembro tinha destacado o esforço que estava a ser feito em relação à limpeza da escola, agora lamenta o desleixo que começou a verificar a partir de dezembro, nomeadamente nas casas de banho frequentadas maioritariamente pelos alunos e nas salas de aula.

A conselheira Vanda Sousa, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Audiovisual e Multimédia, reiterou afirmando que a limpeza piorou, ainda que sabe que o número de pessoas adjudicado à limpeza é reduzido.

O conselheiro Bernardo Cardoso, representante do corpo discente do curso de mestrado em Audiovisual e Multimédia, referiu uma situação em que uma colega, por estar em confinamento e não poder assistir presencialmente às aulas, manifestou a falta de apoio relativa às aulas em que faltou. O conselheiro foi informado de que a rede do *campus* não permite que as aulas presenciais estejam em simultâneo a ser transmitidas em *streaming* mas gostaria de saber o que pode ser feito neste tipo de situação.

A Presidente referiu que todos os professores têm um horário de atendimento e esses alunos devem entrar em contacto com o professor para que seja encontrada uma solução adaptada a cada situação.

O conselheiro Ricardo Pereira Rodrigues, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Audiovisual e Multimédia, referiu que cada professor foi gerindo como iria realizar esse acompanhamento, por exemplo através de trabalho extra para esses alunos e atendimento semanal no horário acordado.

Nada mais havendo a tratar, a Presidente deu por encerrada a reunião.

Lisboa, 12 de janeiro de 2021

A PRESIDENTE DO CONSELHO PEDAGÓGICO

(Maria João Centeno)

O VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO PEDAGÓGICO

(Ricardo Pereira Rodrigues)

Anexo 1

Proposta de alteração ao Mestrado em Audiovisual e Multimédia

Curso de mestrado em Audiovisual e Multimédia

Proposta de alteração

5 de janeiro de 2021

Introdução

A Direção da Escola e a Coordenação do curso de mestrado em Audiovisual e Multimédia da ESCS têm vindo a desenvolver, desde o início do ano letivo de 2018/2019, um processo de reflexão e avaliação de oportunidades de melhoria para o curso.

Este processo assumiu como ponto de partida um diagnóstico sobre a realidade do curso e do setor, levou em consideração informação, contributos e recomendações de diversas fontes e foram envolvidos no processo, ao longo de cerca de dois anos, vários *stakeholders*, incluindo a Comissão Técnico-Científica de Curso, seções, docentes, alunos, antigos alunos, empresas e instituições do setor, através de várias iniciativas.

Um fator fundamental, na preparação desta proposta, consistiu no facto de o curso se encontrar atualmente em avaliação para a renovação da sua acreditação, por parte da A3ES (Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior), com o processo de autoavaliação a decorrer entre janeiro e fevereiro de 2021.

Neste contexto, é particularmente relevante considerar também as recomendações de melhoria definidas pela A3ES, na sequência da última avaliação e acreditação do curso, concluída em 2016/2017, que deverão constituir agora uma base para aferir a oportunidade da proposta apresentada.

De entre as recomendações de melhoria indicadas pela A3ES que consideramos que se poderão relacionar, de alguma forma, com uma alteração do plano de estudos, assumem particular relevância:

- A promoção de uma maior integração entre as unidades curriculares;
- A viabilização de percursos diferenciados para os alunos da instituição, ou detentores de conhecimentos de base na área, e os restantes, provenientes de outras formações;
- A melhoria do ensino em metodologias, de forma a facilitar e promover a participação dos alunos em atividades científicas;
- A construção de uma identidade forte de investigação, não exclusivamente científica, mas aplicada ao mundo real, de relação estreita com o tecido industrial, capaz de produzir retornos para a instituição e para a formação dos Alunos;
- O estabelecimento de uma cooperação mais estreita com a indústria, de modo a garantir que as atividades científicas, tecnológicas e artísticas têm um impacto real na valorização económica e no desenvolvimento da instituição, promovendo a empregabilidade.

Na sequência deste processo, e tomando em consideração os fatores mencionados, é apresentada esta proposta de alteração do plano de estudos.

Contexto e objetivos

A estratégia proposta assenta, em primeiro lugar, na evolução para uma oferta formativa mais apelativa, de forma a aumentar a capacidade de atração de alunos.

Pretende-se, desta forma, manter os pontos fortes do curso e reforçar outras componentes valorizadas pelos alunos, na escolha da oferta formativa: ligação com o mercado, empregabilidade e oferta de estágios.

Este objetivo implica, contudo, atrair e estabelecer uma relação forte com as empresas mais competitivas, no mercado. Esta proposta de alteração assenta, por esse motivo, em grande medida na organização do curso e da sua atividade letiva numa lógica orientada para projeto, através de um projeto interdisciplinar a desenvolver ao longo do primeiro ano. É privilegiada, deste modo, a formação através de um processo de *learning by doing*, permitindo maior aproximação à realidade da indústria e, simultaneamente, maior integração entre unidades curriculares.

A consequência prática da adoção destes objetivos que assume maior relevância é a alteração da organização de parte das unidades curriculares do primeiro ano, que passam a funcionar de forma modular. Ou seja, a maior parte das unidades curriculares do primeiro ano funcionará durante um período de algumas semanas, de forma intensiva (e não durante todo o semestre). As exceções a este modelo são (i) as unidades curriculares mais centradas no desenvolvimento da capacidade de reflexão teórica e crítica (*Culturas Visuais* e *Opção 1*) e (ii) as unidades de apoio ao desenvolvimento do projeto, que funcionarão ao longo de todo o semestre (Projeto Interdisciplinar I e Projeto Interdisciplinar II).

A organização e calendarização das unidades curriculares a funcionar de forma modular será determinada de acordo com as etapas de desenvolvimento global do projeto interdisciplinar, sendo por exemplo as unidades curriculares associadas à sua preparação lecionadas no início do primeiro semestre. Esta alteração justifica a passagem das unidades curriculares de tipo “Semestral”, no plano de estudos em vigor e publicado em Diário da República (Despacho n.º 10556/2014, de 13 de agosto de 2014), para o tipo “Outra”, na proposta agora apresentada (cf. o ponto respeitante ao plano de estudos).

Pretende-se, no final do primeiro ano, que cada aluno tenha efetivamente desenvolvido e implementado um projeto de comunicação audiovisual e multimédia sobre um tema na área científica de EAM (Estudos de Audiovisual e Multimédia). Este projeto poderá eventualmente vir a ser aproveitado, na elaboração do trabalho final de mestrado (no segundo ano), sendo, contudo, projetos com objetivos e naturezas diferentes.

O segundo ano do plano de estudos, por seu lado, não regista alterações de estrutura ou de forma de funcionamento, mas apenas a alteração de uma unidade curricular: é proposto que *Metodologias de Investigação em Audiovisual e Multimédia* seja lecionada no segundo ano (em substituição de *Seminários Temáticos em Audiovisual e Multimédia*), permitindo uma articulação mais próxima de uma parte das metodologias com a realização do trabalho final.

Encontra-se ainda prevista, no âmbito desta alteração, a realização de estágios imersivos de curta duração em empresas da área, de forma a permitir aos alunos tomar contacto com a realidade empresarial e conhecer a sua forma de funcionamento e respetivo *workflow*. Foram contactadas várias empresas, ao longo deste processo, que se mostraram interessadas e disponíveis para acolher os alunos do curso através destes estágios. Esta alteração não tem, contudo, implicações diretas no plano de estudos, devendo ser estruturada a partir de eventos organizados de forma paralela à atividade letiva e ao funcionamento das unidades curriculares.

Consideramos que esta proposta de alteração do plano de estudos leva, adicionalmente, em consideração as recomendações da A3ES, na medida em que:

- Promove uma maior integração entre unidades curriculares, num processo em que as competências adquiridas em unidades entretanto concluídas serão a seguir mobilizadas e aplicadas em outras unidades, aproveitando a maior dinâmica da estrutura de funcionamento modular. Será possível, aproveitando esta forma de organização da atividade letiva, estabelecer uma maior interligação e articulação entre competências adquiridas através de diferentes unidades curriculares;
- Estimula a viabilização de percursos diferenciados para os alunos com conhecimentos de base na área e os alunos provenientes de outras formações, através da oferta de uma grande diversidade de objetos de estudo e de investigação para o projeto de primeiro ano, sempre na área do audiovisual e multimédia, mas rentabilizando a formação anterior dos alunos. A possibilidade de diferenciação no percurso dos alunos é adicionalmente suportada pela criação de duas unidades curriculares exclusivamente centradas no apoio ao desenvolvimento

deste projeto – uma em cada um dos semestres;

- Melhora o processo de aprendizagem na área das metodologias, orientando recursos e competências adquiridos pelos alunos nesta área, sobretudo através da unidade curricular *Laboratório de Investigação*, para a aplicação no projeto de primeiro ano, de uma forma próxima. A aquisição de competências relativas aos métodos e técnicas será, desta forma, concretizada através da aplicação a um processo de estudo e investigação em curso, permitindo demonstrar e ilustrar de forma mais eficiente a relevância desta área para o trabalho dos alunos. Adicionalmente, a unidade curricular *Metodologias de Investigação em Audiovisual e Multimédia* passa a ser lecionada no segundo ano, facilitando uma maior ligação com o desenvolvimento do trabalho final dos alunos;
- Reforça a componente de investigação, não apenas de carácter científico, mas também de investigação aplicada ao mundo real, sobretudo através do desenvolvimento de um projeto interdisciplinar, ao longo do primeiro ano. Pretende-se, desta forma, que os alunos alcancem uma visão global, coerente e aplicada, relativamente aos conhecimentos e às competências trabalhadas ao longo do primeiro ano;
- Estreita a relação com a indústria e promove a empregabilidade, através de uma lógica de organização de estágios imersivos de curta duração, que permitirão aos alunos conhecer a realidade, a organização e a forma de funcionamento de empresas do setor e, às empresas, conhecer de forma mais próxima e valorizar a formação ministrada no curso.

Competências

O mestrado em Audiovisual e Multimédia promove o desenvolvimento de competências no domínio da comunicação, centrando-se na conceção, produção e gestão de conteúdos audiovisuais e multimédia e combinando as dimensões teórica e prática. O curso alia a componente de reflexão crítica, concetual e teórica, a uma proximidade às melhores práticas do mercado, de forma a desenvolver a autonomia e a capacidade de inovação, na gestão de desafios de comunicação.

Destinatários

Licenciados e profissionais das áreas da comunicação, ou de áreas afins, que pretendam aumentar os seus conhecimentos e competências no domínio da comunicação, conceção, produção e gestão de conteúdos.

Entrada em vigor do novo plano de estudos

Início previsto em Setembro de 2021.

Número de créditos ECTS necessário à obtenção do grau

120

Duração do ciclo de estudos

4 semestres

Horário

Pretende-se que as aulas decorram de acordo com uma estrutura de horário semelhante à existente, com um conjunto de três dias de aulas por semana, no primeiro ano (eventualmente passível de alteração devido a exigências de natureza pontual ou excecional).

Vagas

30

Estrutura curricular, áreas científicas e ECTS

Área científica	Sigla	Créditos	
		Obrigatórios	Optativos
Estudos em Audiovisual e Multimédia	EAM	81	8
Ciências Sociais	CS	18	5
Estudos em Publicidade e Marketing	EPM	8	
Total		107	13

Plano de estudos

1.º ano, 1.º semestre

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Horas (total)	Contacto	ECTS	Obs.
Culturas Visuais	CS	Semestral	140	T: 20; TP: 10	5	Obrig.
Comunicação Audiovisual e Multimédia	EAM	Outra	112	T: 8; TP: 16	4	Obrig.
Laboratório de Investigação	CS	Outra	112	T: 8; TP: 16	4	Obrig.
Research e Design Thinking	EPM	Outra	112	T: 8; TP: 16	4	Obrig.
Gestão de Projetos Audiovisuais e Multimédia	CS	Outra	112	T: 8; TP: 16	4	Obrig.
Comunicação e Storytelling	EAM	Outra	112	T: 8; TP: 16	4	Obrig.
Projeto Interdisciplinar I	EAM	Semestral	140	OT: 30	5	Obrig.

T: Teórico; TP: Teórico/Prático; OT: Orientação Tutorial

1.º ano, 2.º semestre

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Horas (total)	Contacto	ECTS	Obs.
Opção 1	CS	Semestral	140	T: 20; TP: 10	5	Opt.
Design e Comunicação Visual	EAM	Outra	112	T: 8; TP: 16	4	Obrig.
Opção 2	EAM	Outra	112	T: 8; TP: 16	4	Opt.
Opção 3	EAM	Outra	112	T: 8; TP: 16	4	Opt.
Laboratório Audiovisual e Multimédia	EAM	Outra	112	T: 8; TP: 16	4	Obrig.
Marketing Data e Analytics	EPM	Outra	112	T: 8; TP: 16	4	Obrig.
Projeto Interdisciplinar II	EAM	Semestral	140	OT: 30	5	Obrig.

T: Teórico; TP: Teórico/Prático; OT: Orientação Tutorial

2.º ano, 1.º semestre

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Horas (total)	Contacto	ECTS	Obs.
Metodologias de Investigação Aplicadas ao Estudo do Audiovisual e Multimédia	CS	Semestral	140	T: 10; TP: 20	5	Obrig.
Seminário de Projeto em Audiovisual e Multimédia	EAM	Semestral	280	TP: 45	10	Obrig.

T: Teórico; TP: Teórico/Prático

2.º ano, 2.º semestre

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Horas (total)	Contacto	ECTS	Obs.
Projeto/Estágio/Dissertação em Investigação Aplicada	EAM	Semestral	1260	OT: 45	45	Obrig.

OT: Orientação Tutorial

Coordenação de curso

Filipe Montargil (Coordenador)

Susana Araújo (Subcoordenadora)

Comissão científica de curso

Filipe Montargil (Coordenador de curso)

Susana Araújo (Subcoordenadora de curso)

Pedro Lopes (SP Televisão e ESCS)

Gonçalo Madaíl (RTP e ESCS)

Didier Hochart (Wingman e antigo docente da ESCS)

Leonel Vieira (Realizador e CEO, Stopline)

Pedro Janela (CEO, WYgroup)

Resumo das unidades curriculares

São apresentados, neste ponto, resumos das unidades curriculares, de acordo com o plano de estudos proposto, de forma a ilustrar os objetivos e/ou principais conteúdos. A redação final poderá, contudo, ser alterada, na versão final da Ficha de Unidade Curricular.

Culturas Visuais

Resumo

Reflexão sobre o lugar que as imagens e a pluralidade das expressões visuais têm nas culturas humanas e sobre a estruturação da realidade que é denotada pelas produções e representações visuais, entendidas como parte dos processos sociais e culturais. Na análise são privilegiados os produtos visuais correntes da comunicação mediática, sobretudo na televisão e no cinema, mas outros canais contemporâneos de expressão, dos media sociais à arte urbana e domínios mais específicos de aplicação, da prática científica à produção noticiosa, são igualmente considerados.

Competências

O estudo das Culturas Visuais pretende promover uma reflexão, orientada para futuros profissionais, sobre o estatuto da imagem e da visualidade nas culturas contemporâneas e sobre a estruturação da realidade que nos é apresentada através dos conteúdos e organizada pelas relações entre criadores, produtores e consumidores das representações visuais. Reforçar o conhecimento sobre as culturas visuais, para enquadrar e otimizar a criação de objetos e produtos e antecipar reações e potenciais impactos, constituem os objetivos centrais desta unidade curricular.

(Manterá globalmente as competências da unidade curricular atualmente existente, com a mesma designação).

Comunicação Audiovisual e Multimédia

Resumo

Esta unidade curricular pretende contribuir para o conhecimento, mapeamento, delimitação e capacidade de reflexão dos alunos sobre o Audiovisual e Multimédia, através da abordagem e discussão de temas relevantes e emergentes, na área.

Competências

Os alunos deverão, no fim da unidade curricular, ter a capacidade de identificar temas relevantes e emergentes, na área do Audiovisual e Multimédia, de uma forma que contribua para o seu conhecimento e para a sua capacidade de delimitação e de reflexão, sobre a área.

(Manterá globalmente as competências da unidade curricular de *Seminários Temáticos em Audiovisual e Multimédia*, atualmente existente e incluída no segundo ano do plano de estudos).

Laboratório de Investigação

Resumo

Esta unidade curricular visa a articulação dos quadros conceptuais disciplinares com os procedimentos lógicos para iniciar o desenvolvimento de uma investigação, quer seja numa dissertação, num projeto ou num estágio. É realizada uma introdução ao projeto de pesquisa, na qual os estudantes devem desenvolver, com autonomia, as etapas iniciais de um trabalho de investigação, nomeadamente o tema/questão de partida, os objetivos que lhe estão associados, tal como a pesquisa de informação, a sua exploração e o início da sua problematização, adequando métodos e técnicas que lhes permitam operacionalizar a investigação.

Competências

É esperado, no final da unidade curricular, que os alunos tenham as competências necessárias para:

- Utilizar de forma otimizada os recursos de *desk research*, para a investigação e exploração de um tema (incluindo, por exemplo, motores de busca, bases de dados bibliográficas, repositórios de publicações científicas, entre outros recursos), de forma a identificar, recolher e analisar informação a partir de vários tipos de fontes relevantes sobre o tema;
- Definir a abordagem metodológica mais adequada ao objeto de estudo em construção;
- Definir conceitos associados ao objeto de estudo e proceder à sua operacionalização;

- Saber escolher, construir e aplicar os instrumentos de recolha de dados, em função dos objetivos da investigação e articulando-os com as restantes etapas do procedimento.

(Manterá globalmente as competências da unidade curricular *Metodologias de Investigação*, atualmente existente).

Research e Design Thinking

Resumo

Esta unidade curricular tem como objetivo dotar os alunos de conhecimentos na área do *research* sobre o utilizador (*user research*), ou sobre um público-alvo específico, de forma a poder servir de base a processos de tomada de decisão, de desenho da experiência do utilizador ou a outros processos de organização de arquiteturas de informação, privilegiando o tratamento de desafios de comunicação através de uma abordagem de *design thinking*, com as suas várias etapas e ferramentas.

Competências

Os alunos deverão desenvolver a capacidade de planear, organizar, realizar e analisar criticamente estudos de opinião e mercado (*research*), de forma a que possam servir de base a processos de tomada de decisão, de desenho da experiência do utilizador ou a outros processos de organização de arquiteturas de informação, conhecendo e mobilizando recursos próprios da abordagem de *design thinking* em vários processos-chave do desenvolvimento de projetos de comunicação, incluindo a conceção de propostas, a respetiva estratégia de *pitching*, a implementação e a avaliação.

(Manterá, em parte, as competências da unidade curricular *Estudos de Mercado*, atualmente existente).

Gestão de Projetos Audiovisuais e Multimédia

Resumo

Esta unidade curricular pretende fornecer as bases necessárias para o início do desenvolvimento das capacidades teóricas e práticas relacionadas com o planeamento e gestão de projetos, na área de audiovisual e multimédia.

Competências

Os Alunos deverão, no final da unidade curricular, ter a capacidade de conhecer e mobilizar recursos e modelos da área de gestão de projetos, conseguindo refletir criticamente sobre as suas características e sobre a capacidade de adaptação a diferentes realidades. Deverão, adicionalmente, desenvolver a capacidade de utilizar recursos específicos (como a organização da estrutura, das tarefas ou da duração do projeto, bem como as componentes financeiras associadas), de forma a planear e a gerir de forma adequada meios humanos e técnicos, no desenvolvimento de um projeto audiovisual e multimédia.

(Manterá globalmente as competências da unidade curricular atualmente existente, com a mesma designação).

Comunicação e Storytelling

Resumo

O processo comunicacional e a construção de narrativas. A relevância da noção de *storytelling* na comunicação audiovisual e multimédia. Modelos de narrativa: *crossmedia* e *transmedia*. *Storytelling* e escrita para várias plataformas.

Competências

Aquisição de ferramentas de análise de narrativas, a partir de diferentes suportes e plataformas. Conceção e desenvolvimento de estratégias de *storytelling*, para projetos de comunicação audiovisual e de comunicação multimédia.

(Manterá parte das competências das unidades curriculares *Comunicação Audiovisual – Conceção* (especialmente as relacionadas com a estruturação de uma narrativa) e *Comunicação, Tecnologias e Novos Media* (sobretudo na parte relacionada com *crossmedia* e *transmedia*), atualmente existentes).

Projeto Interdisciplinar I

Resumo

Pretende-se, com esta UC, apoiar os alunos no desenvolvimento de um projeto de comunicação audiovisual e multimédia, assegurando a integração dos contributos de outras UC do primeiro semestre do primeiro ano, conferindo coerência e consistência ao projeto, num processo de

desenvolvimento gradual e cumulativo.

Competências

Os alunos deverão, no final desta UC, apresentar um projeto de comunicação audiovisual e multimédia, sobre um tema da área do audiovisual e multimédia, integrando de forma coerente e articulada os conteúdos de outras UC do primeiro semestre do primeiro ano, incidindo sobretudo nas dimensões de (i) seleção e discussão de um tema, (ii) investigação e (iii) conceção.

(Unidade curricular nova).

Opção 1a – Tecnologia e Sociedade

Resumo

A sociedade de risco enquanto pano de fundo para uma reflexão socio-técnica. A literacia enquanto fundamento da mediação: o capital simbólico-cultural no desenvolvimento, produção, ressignificação e apropriação de media. A (re)construção de identidades e de sociabilidades em ambientes digitais. A participação cívica-política e as novas redes.

Competências

Os alunos deverão adquirir competências que permitam:

- A articulação de conhecimentos do campo das ciências sociais relativos ao papel atribuído às tecnologias da informação e da comunicação em processos sociais contemporâneos;
- O desenvolvimento de uma capacidade de reflexão crítica e de aplicação prática no âmbito das relações complexas entre sociedade e tecnologia.

(Unidade curricular nova, embora se possa eventualmente aproximar, em alguns conteúdos, dependendo da problematização adotada, de *Comunicação, Tecnologia e Novos Média* e de *Sociedade da Informação*).

Opção 1b – Sistemas e Políticas do Audiovisual e Multimédia

Resumo

Desenvolver um quadro de reflexão teórica e aplicada sobre a evolução e as características dos

principais sistemas e políticas públicas do audiovisual e multimédia, particularmente no caso português e da União Europeia, que permita aos alunos desenvolver trabalhos de investigação numa perspetiva crítica.

Competências

Compreensão fundamental dos seguintes aspetos: Importância das questões económicas, de regulamentação, do quadro político e legal; envolvente sociocultural e evolução tecnológica condicionante da evolução dos diferentes sistemas e políticas do audiovisual e multimédia, levando em linha de conta os elementos externos e internos do mercado e os aspetos históricos que os configuram; avaliação dos diferentes sistemas e políticas públicas do audiovisual e multimédia, analisando a internacionalização, a globalização atual, as relações entre uma perspetiva económica e social, a inovação tecnológica e as tecnologias da informação e da comunicação, a convergência tecnológica e o crescimento de serviços multimédia interativos num quadro de crescente complexidade de inter-relações e efeitos.

(Unidade curricular nova, recuperando parte dos conteúdos de *Sistemas Televisivos Comparados*, atualmente existente).

Design e Comunicação Visual

Resumo

Princípios, métodos e técnicas para o desenvolvimento de projetos de design de comunicação. A multidisciplinaridade e linguagens do design e comunicação visual. A linguagem gráfica e fotográfica como geradoras de valores simbólicos e construtoras de identidades. Análise e desenvolvimento de projetos de design e comunicação visual, num contexto de *branding* e comunicação de produtos audiovisuais e multimédia.

Competências

Os alunos deverão desenvolver competências que permitam:

- Resolver problemas de comunicação com recurso a diferentes linguagens de comunicação visual;
- Compreender o papel do design gráfico e da fotografia como elementos de expressão de identidade visual;
- Conhecer e aplicar os principais conceitos, métodos e técnicas de design e fotografia na conceção e

desenvolvimento de projetos de comunicação e *branding*.

(Manterá globalmente as competências da unidade curricular *Design de Identidade*, atualmente existente. O trabalho na área da fotografia será também incluído, nesta unidade curricular).

Opção 2a – Desenho de Som

Resumo

A unidade curricular organiza-se em torno de dois módulos centrais, assentes na aquisição teórica dos conceitos estéticos de som e na aquisição de conhecimentos práticos de pós-produção áudio para rádio, televisão e multimédia.

Competências

Os alunos deverão adquirir competências que permitam:

- O entendimento das características fundamentais da psicologia das artes e expressividade;
- A análise técnica e criativa de trabalhos de *sound design* realizados por profissionais;
- A criação e desenvolvimento de projetos áudio, tomando em linha de conta todas as fases dos mesmos.

(Manterá globalmente as competências da unidade curricular atualmente existente, com a mesma designação).

Opção 2b – Design de Interação

Resumo

Esta unidade curricular tem como objetivo a aquisição de conhecimentos fundamentais para o desenvolvimento de interfaces digitais, colocando-os em prática e testando a sua eficiência. Tópicos como arquiteturas de informação, taxonomias, abordagens Android e iOS, sistemas de desenho e *assets layout* serão abordados.

Competências

É esperado que os alunos, através desta unidade curricular, adquiram competências que permitam:

- Analisar criticamente as interfaces digitais, identificando fatores que contribuem para a sua

usabilidade e facilidade de utilização;

- Desenvolver interfaces digitais, passando pelas várias fases do processo, incluindo o *sketching*, a prototipagem e a realização de *mockups*;
- Preparar e realizar testes de usabilidade, com diferentes públicos-alvo;
- Analisar criticamente os resultados dos testes de usabilidade, utilizando-os como base para o processo de desenvolvimento.

(Manterá parte das competências das unidades curriculares *Comunicação Multimédia – Conceção* (especialmente as relacionadas com a estruturação de uma arquitetura de informação), *Design de Interface* (sobretudo ao nível da análise e desenho de interface), e *Comunicação Multimédia – Desenvolvimento* (sobretudo na parte relacionada com o desenvolvimento e início de implementação de um projeto multimédia com componentes relevantes de desenho estratégico e de desenho de interface).

Opção 3a – Edição e Pós-Produção Vídeo

Resumo

Vivemos num mundo saturado de imagens e sons. Mas justamente porque as imagens e os sons ocupam um lugar central nas nossas vidas, tendemos a não pensar neles, nem a percebê-los da mesma maneira que interpretamos a comunicação oral ou escrita, por exemplo. No entanto, o sistema de comunicação definido pela imagem em movimento e, a partir dela, nas novas e sempre renovadas relações que a convergência digital continua a gerar, é hoje tão ubíquo que define de modo crucial a cultura contemporânea em praticamente todas as suas formas.

A disciplina propõe a abordagem teórica e prática do ciclo de produção desses discursos audiovisuais, com ênfase nos conceitos, nos processos de trabalho e nas ferramentas para a realização de edição e pós-produção de vídeo em projetos de comunicação destinados a diferentes plataformas de difusão.

Competências

Os alunos deverão adquirir competências que permitam:

- Compreender a transformação do sentido das imagens e dos sons através do uso da montagem;
- Utilizar recursos de edição de vídeo não linear e dominar os processos criativos da edição e montagem para manipular o tempo, o espaço e o sentido do discurso audiovisual;

- Recorrer a diversos tipos de montagem, de forma relacionada com efeitos psicológicos previamente estabelecidos;
- Utilizar diferentes métodos de trabalho aplicados à montagem de géneros específicos como a ficção, o documentário ou a reportagem, por exemplo.

(Manterá parte das competências de *Comunicação Multimédia - Desenvolvimento*).

Opção 3b – Visualização de Informação

Resumo

O desenho de informação e a representação visual de conceitos e ideias. Investigar e recolher informação para sintetizar e esquematizar visualmente, utilizando gráficos, diagramas, mapas, entre outras formas visuais. Os diferentes tipos de representação: espacial, cronológica e quantitativa. O movimento e a interatividade em soluções de visualização de informação.

Competências

É esperado que os alunos desenvolvam as competências que permitam:

- Identificar os princípios e técnicas de produção de uma infografia (digital e impressa);
- Sintetizar e esquematizar visualmente a informação através de representações gráficas (gráficos, esquemas, mapas e iconografia);
- Saber hierarquizar e estruturar os dados e a informação para uma comunicação eficaz;
- Conceber e desenvolver soluções de visualização de informação em diferentes suportes.

(Manterá globalmente as competências da unidade curricular *Infografia*, atualmente existente, alargando-as para outras áreas da visualização de informação).

Laboratório Audiovisual e Multimédia

Resumo

Esta unidade curricular tem como objetivo apoiar os alunos na capacidade de reflexão e no desenvolvimento de conteúdos para diversos suportes, de forma integrada, incorporando conhecimento e conteúdos provenientes de várias áreas do audiovisual e multimédia.

Competências

É esperado que os alunos utilizem o espaço desta UC para a reflexão e desenvolvimento de conteúdos, reforçando o processo de integração e incorporação de conhecimento e conteúdos.

(Unidade curricular nova, mas que desenvolverá competências atualmente trabalhadas na unidade curricular *Comunicação, Tecnologias e Novos Media* (sobretudo na parte relacionada com o desenvolvimento de um projeto *transmedia*). O trabalho na área do vídeo deverá receber algum destaque, nesta UC).

Marketing Data e Analytics

Resumo

Compreender a relevância dos dados, no desenvolvimento de projetos audiovisual e multimédia. Principais fontes de informação e de métricas atualmente disponíveis. Dados, informação e conhecimento. Data insights e integração em estratégias de produção e gestão de conteúdos: avaliação e apoio à tomada de decisão.

Competências

É esperado que os alunos, através desta unidade curricular, adquiram competências que permitam:

- Refletir criticamente sobre a relevância dos dados, nos processos de desenvolvimento, produção e gestão de conteúdos;
- Conheçam e tenham a capacidade de utilizar dados, através das fontes disponíveis, para avaliar e tomar decisões, em processos de produção e gestão de conteúdos.

(Unidade curricular nova).

Projeto Interdisciplinar II

Resumo

Pretende-se, com esta UC, apoiar os alunos no desenvolvimento de um projeto de comunicação audiovisual e multimédia, assegurando a integração dos contributos de outras UC, conferindo coerência e consistência ao projeto, num processo de desenvolvimento gradual e cumulativo.

Competências

Os alunos deverão, no final desta UC, apresentar um projeto de comunicação audiovisual e multimédia, sobre um tema da área do audiovisual e multimédia, integrando de forma coerente e articulada os conteúdos de outras UC, continuando o trabalho iniciado no primeiro semestre e centrando-se fundamentalmente (i) na sua implementação e (ii) avaliação.

(Unidade curricular nova).

Metodologias de Investigação Aplicadas ao Estudo do Audiovisual e Multimédia

Resumo

Pretende-se com esta unidade curricular permitir aos estudantes refletir, avaliar e desenvolver projetos de investigação científica sobre diferentes objetos de estudo, nas várias áreas relevantes. Oferecer-se-á uma abordagem genérica de diferentes quadros conceptuais que permitem a realização de investigações válidas e fiáveis, ao nível da sua conceção, do planeamento e do desenvolvimento das várias etapas do processo de investigação.

Competências

É esperado que os alunos, no final desta unidade curricular, adquiram os conhecimentos que permitam conceber, planear e desenvolver um projeto de investigação, na sua área de estudos.

(Manterá globalmente as competências da unidade curricular atualmente existente, com a mesma designação).

Seminário de Projeto em Audiovisual e Multimédia

Resumo

Através de uma reflexão contínua, centrada nas questões conceptuais e metodológicas, o objetivo central desta unidade curricular consiste no apoio do desenvolvimento do projeto de trabalho final (dissertação, trabalho de projeto ou relatório de estágio) do mestrando.

Competências

É esperado que os alunos apresentem, no final da unidade curricular, um projeto de trabalho final que reúna as condições e justifique a inscrição para a realização de dissertação, trabalho de projeto ou relatório de estágio, no último semestre do plano de estudos, para a obtenção do grau de mestre.

(Manterá globalmente as competências da unidade curricular atualmente existente, com a mesma designação).

Projeto/Estágio/Dissertação em Investigação Aplicada

Resumo

Realização de trabalho final, através de dissertação, relatório de estágio ou trabalho de projeto em investigação aplicada, de acordo com as normas estabelecidas para a realização do trabalho final.

Competências

O aluno deverá, no final desta UC, apresentar e prestar provas públicas relativas a um trabalho final, de carácter original, realizado de forma a cumprir os requisitos estabelecidos na legislação e demais normas e regulamentos aplicáveis. Este trabalho deve demonstrar o domínio e a capacidade de reflexão crítica, com autonomia, sobre a respetiva área de estudos, justificando a atribuição do grau de mestre.

(Manterá as competências da unidade curricular atualmente existente, com a mesma designação).

Anexo 2

Alteração ao Regulamento de Frequência e Avaliação do 2º ciclo

Regulamento de Frequência e Avaliação do 2.º Ciclo

Preâmbulo

O Regulamento de Frequência e Avaliação do 2.º Ciclo foi revisto e aprovado em reunião de Conselho Pedagógico de 12 de janeiro de 2021 e ratificado em reunião do Conselho Técnico Científico de XX de XX de 2021.

Artigo 1.º

Objeto

A Escola Superior de Comunicação Social confere o grau de Mestre em Audiovisual e Multimédia/Gestão Estratégica das Relações Públicas/Jornalismo/Publicidade e Marketing.

Artigo 2.º

Destinatários

Os Mestrados em Audiovisual e Multimédia/Gestão Estratégica das Relações Públicas/Jornalismo/Publicidade e Marketing destinam-se aos licenciados nestas áreas de formação e/ou a outros públicos com áreas de formação afins e/ou experiência profissional relevante na área, com a ressalva de que as situações em que se encontrem respeitem a legislação em vigor.

Artigo 3.º

Objetivos dos cursos

1 — O mestrado em Audiovisual e Multimédia combina as dimensões teórica e prática, permitindo uma aproximação dos estudantes ao mercado empresarial. Pretende-se que os estudantes sejam capazes de resolver problemas comunicacionais. Para tal, são fornecidas competências profissionais no domínio da conceção e desenvolvimento de produtos audiovisuais e multimédia. São objetivos do curso:

- a) Conjugar uma dimensão estratégica e de reflexão com competências profissionais da especialidade;
- b) Preparar profissionais capacitados para resolver problemas comunicacionais com recurso a soluções audiovisuais e multimédia;
- c) Contribuir para o desenvolvimento de produtos e serviços inovadores capazes de gerar valor e melhorar a qualidade da vida em sociedade;
- d) Desenvolver as capacidades de investigação aplicada, contribuindo para o progresso do conhecimento no campo do Audiovisual e Multimédia.

2 — O mestrado em Gestão Estratégica das Relações Públicas permite a atualização dos profissionais em exercício e o consolidar de capacidades analíticas e técnicas dos recém-licenciados na área das Relações Públicas/Comunicação Pública. Num mundo complexo, a gestão das relações entre diferentes públicos é prioritária tanto em contextos comunicacionais analógicos como digitais. As Relações Públicas emergem assim como um meio de expressar a identidade das empresas, ou de quaisquer outras organizações, permitindo-lhes ser conhecidas e reconhecidas pelos seus diferentes interlocutores. São objetivos do curso:

- a) Capacitar os estudantes enquanto profissionais de RP (Comunicação Estratégica) para liderar e inovar na gestão de todos os processos comunicacionais — tanto ao nível da investigação e planificação, como da implementação e avaliação — em organizações de diferentes setores de atividade;
- b) Possibilitar aos mestrandos a reflexão sobre os avanços científicos e técnicos visando tanto a investigação fundamental como a investigação aplicada nos domínios em questão;
- c) Integrar de forma inovadora a investigação e a prática (estudo de casos) com especial atenção aos contextos multiculturais.

3 — O mestrado em Jornalismo pretende aliar uma componente de formação profissional e experimental a uma componente de formação cultural e de investigação aplicada. Pretende-se aprofundar as problemáticas dos estudos sobre os *media* e o jornalismo e dotar os estudantes de competências específicas em áreas de especialização jornalística. São objetivos do curso:

- a) Saber problematizar questões críticas do jornalismo contemporâneo e refletir sobre as implicações éticas e sociais resultantes do exercício da profissão;
- b) Desenvolver competências no domínio do jornalismo temático (político, cultural e de ciência, económico, jurídico e desportivo);
- c) Aprofundar as práticas, linguagens e técnicas em que assenta o exercício do jornalismo, desde o jornalismo televisivo e radiofónico ao jornalismo de imprensa e digital.

4 — O mestrado em Publicidade e Marketing pretende desenvolver e aprofundar conhecimentos nas áreas da Publicidade e do Marketing, assim como dotar os estudantes de competências técnicas e científicas que lhes permitam lidar com situações novas e inovadoras, propícias a uma atuação pautada pela proatividade e competitividade. Os estudantes lidam com situações práticas e casos reais que lhes garantem uma formação adequada à qualificação profissional e aos constantes desafios do mercado. São objetivos do curso:

- a) Aprofundar conhecimentos científicos e técnicos na área da Publicidade e do Marketing;
- b) Preparar profissionais com capacidade de compreensão e resolução de problemas, aplicando os seus conhecimentos a contextos amplos e multiunidade curriculares, inusitados e inovadores;
- c) Criar competências para a conceção e realização de projetos de investigação aplicadas;
- d) Promover a integração e articulação do conhecimento científico e aplicado com o meio profissional.

Artigo 4.º

Definição da unidade curricular — Dissertação/Trabalho de Projeto/Estágio com relatório

1 — A dissertação de mestrado deve versar um tema da área científica do curso, sendo um trabalho original que faça prova da capacidade científica do estudante. A dissertação deve ter um componente teórico ou empírico, com informação e bibliografia adequadas, metodologias consentâneas com o objeto de estudo e análise dos resultados obtidos. Os conhecimentos demonstrados devem evidenciar o domínio da área científica em causa.

2 — O trabalho de projeto consiste numa aplicação dos conhecimentos adquiridos no curso a contextos, problemas e situações prático-profissionais novas, fazendo prova do domínio da bibliografia específica e atualizada. Deve ser demonstrada a aplicabilidade e operacionalidade das metodologias e técnicas utilizadas, bem como a calendarização dos processos de implementação.

3 — O estágio de natureza profissional é componente de um processo de especialização mediante a participação do estudante no exercício real de uma profissão ou de atividades profissionais. O estágio de natureza profissional deve ser objeto de um relatório do qual constem objetivos, descrição da situação, diário de estágio e propostas decorrentes da experiência. Deverá igualmente fazer parte do relatório uma avaliação crítica do caminho que vai dos objetivos iniciais aos resultados atingidos. O estágio deverá ter um mínimo de 400 (quatrocentas) horas.

Artigo 5.º

Áreas científicas

1 — O curso de Mestrado em Audiovisual e Multimédia está inserido na área científica dos Estudos em Audiovisual e Multimédia (EAM).

2 — O curso de Mestrado em Gestão Estratégica das Relações Públicas está inserido na área científica dos Estudos em Relações Públicas e Comunicação Organizacional (ERPCO).

3 — O curso de Mestrado em Jornalismo está inserido na área científica dos Estudos em *Media* e Jornalismo (EMJ).

4 — O curso de Mestrado em Publicidade e Marketing está inserido na área científica dos Estudos em Publicidade e Marketing (EPM).

Artigo 6.º

Duração dos cursos

Os cursos têm uma duração de 4 (quatro) semestres, correspondentes a 120 (cento e vinte) ECTS.

Artigo 7.º

Regras sobre a candidatura ao ciclo de estudos

São admitidos à candidatura aos mestrados os candidatos que:

- a) Sejam titulares do grau de licenciado ou equivalente legal;
- b) Sejam titulares de um grau académico de nível superior estrangeiro, que seja reconhecido como satisfazendo os objetivos do grau de licenciado pelo Conselho Técnico-Científico da ESCS;
- c) Sejam detentores de um currículo académico, científico ou profissional, reconhecido fundamentadamente pelo júri como atestando capacidades para a realização deste ciclo de estudos pelo Conselho Técnico-Científico da ESCS.

Artigo 8.º

Processo de Candidatura

A candidatura será efetuada através da plataforma *online* disponível no sítio da internet da ESCS, a que os candidatos juntarão certificado de habilitações com a estrutura curricular, certificado com a média final de licenciatura, *Curriculum Vitae* detalhado e um documento de identificação.

Artigo 9.º

Critérios de seleção

1. Os candidatos que reúnam as condições para a candidatura ao ciclo de estudos serão selecionados e seriados tendo em conta os critérios expressos em edital e que serão disponibilizados anualmente no sítio da internet da ESCS.
2. O processo de seleção pode ser repartido até três fases aprovadas anualmente, de acordo com o calendário escolar, cabendo a cada júri a definição do número de vagas para cada fase dentro do total aprovado.

Artigo 10.º

Vagas e prazos

O número de vagas e os prazos de candidatura aos Mestrados serão fixados anualmente pelo Conselho Técnico-Científico da ESCS.

Artigo 11.º

Condições de funcionamento

A ESCS assegura as condições necessárias e suficientes para o funcionamento do ciclo de estudos conducente ao grau de mestre em Audiovisual e Multimédia/Gestão Estratégica das Relações Públicas/Jornalismo/Publicidade e Marketing, nomeadamente através de:

- a) Um projeto educativo, científico e cultural próprio, adequado aos objetivos fixados neste ciclo de estudos;
- b) Um corpo docente próprio, adequado em número e constituído, na sua maioria, por titulares do grau de doutor ou especialistas de reconhecida experiência e competência profissional nas áreas científicas integrantes deste ciclo de estudos;
- c) O desenvolvimento de atividade reconhecida de formação e investigação ou do desenvolvimento de atividade de natureza profissional de alto nível, nas áreas científicas integrantes deste ciclo de estudos;
- d) Recursos humanos e materiais indispensáveis para garantir o nível e a qualidade da formação, designadamente espaços letivos, equipamentos tecnológicos, biblioteca e laboratórios adequados.

Artigo 12.º

Frequência e propinas

- 1 — A frequência do curso depende de matrícula a realizar em impressos fornecidos pela Escola ou através do Portal do IPL.
- 2 — A frequência das aulas das diferentes unidades curriculares do curso depende da inscrição nessas unidades curriculares, obrigatoriamente realizada em simultâneo com a matrícula.
- 3 — Da candidatura é devido emolumento, previsto na Tabela de Emolumentos do IPL em vigor. As taxas de matrícula e de inscrição, bem como as propinas, são fixadas anualmente pelo Presidente e divulgadas no edital de abertura do mestrado.

Artigo 13.º

Funcionamento

- 1 — O ano letivo encontra-se dividido em 2 (dois) semestres, comportando períodos de férias e momentos específicos de avaliação.
- 2 — Cada semestre corresponde a 20 (vinte) semanas, distribuídas entre o período letivo e as épocas destinadas aos exames.
- 3 — A cada tempo de contacto corresponde sempre um sumário, que será público.
- 4 — As datas de início e fim dos semestres, os períodos de férias e os momentos específicos de avaliação são fixados pelo Presidente, depois de ouvidos os Conselhos Pedagógico e Técnico-Científico, e constam do Calendário Escolar divulgado no início do ano letivo.
- 5 — As datas de realização dos momentos específicos de avaliação são propostas pelo Conselho Pedagógico e homologadas e divulgadas pelo Presidente no primeiro trimestre do ano letivo.

Artigo 14.º

Estrutura curricular, plano de estudos e ECTS

- 1 — O ciclo de estudos conducente ao grau de mestre em Audiovisual e Multimédia, em Gestão Estratégica das Relações Públicas, em Jornalismo e em Publicidade e Marketing integra as unidades curriculares constantes nos planos de estudos e é desenvolvido em duas fases de graduação:
 - 1.1 — Um curso de especialização profissionalizante, constituído por 2 (dois) semestres (60 (sessenta) ECTS), que confere respetivamente um Certificado de Pós-Graduação em Comunicação Audiovisual e Multimédia, em Relações Públicas Estratégicas, em Práticas e Estudos Jornalísticos e em Marketing e Comunicação Publicitária.
 - 1.2 — Um curso de Mestrado, composto por 4 (quatro) semestres (120 (cento e vinte) ECTS), ao qual corresponde a atribuição do grau de mestre em Audiovisual e Multimédia, em Gestão Estratégica das Relações Públicas, em Jornalismo e em Publicidade e Marketing.
- 2 — Para a obtenção do grau de mestre em Audiovisual e Multimédia, é necessário reunir um número mínimo e máximo de ECTS em algumas áreas científicas, de acordo com o seguinte quadro:

Área científica	Sigla	ECTS	
		Obrigatórios	Optativos

Estudos em Audiovisual e Multimédia	EAM	75	20
Ciências Sociais	CS	20	—
Estudos em Publicidade e Marketing	EPM	5	—
<i>Total</i>		100	20

3 — Para a obtenção do grau de mestre em Gestão Estratégica das Relações Públicas, é necessário reunir um número mínimo e máximo de ECTS em algumas áreas científicas, de acordo com o seguinte quadro:

Área científica	Sigla	ECTS	
		Obrigatórios	Optativos
Ciências da Comunicação	CC	10	0 a 5
Ciências Humanas	CH	—	0 a 5
Ciências Sociais	CS	10	0 a 20
Estudos em Publicidade e Marketing	EPM	—	0 a 5
Estudos em Relações Públicas e Comunicação Organizacional . . .	ERPCO	80	0 a 5
<i>Total</i>		100	20

4 — Para a obtenção do grau de mestre em Jornalismo, é necessário reunir um número mínimo e máximo de ECTS em algumas áreas científicas, de acordo com o seguinte quadro:

Área científica	Sigla	ECTS	
		Obrigatórios	Optativos
Ciências Sociais	CS	10	0 a 10
Estudos em <i>Media</i> e Jornalismo . . .	EMJ	90	0 a 20
<i>Total</i>		100	20

5 — Para a obtenção do grau de mestre em Publicidade e Marketing, é necessário reunir um número mínimo e máximo de ECTS em algumas áreas científicas, de acordo com o seguinte quadro:

Área científica	Sigla	ECTS	
		Obrigatórios	Optativos
Ciências Sociais	CS	15	0 a 5
Estudos em Audiovisual e Multimédia	EAM	—	0 a 5
Estudos em Publicidade e Marketing	EPM	90	0 a 15
Estudos em Relações Públicas e Comunicação Organizacional . . .	ERPCO	—	0 a 5
<i>Total</i>		105	15

Artigo 15.º

Avaliação

Ponto prévio: Só serão admitidos em exame os alunos inscritos. Esta inscrição, com exceção dos exames de época normal, terá de ser efetuada até ao 3º dia útil antes da(s) data(s) do(s) respetivo(s) exame(s). Além disso, os alunos deverão apresentar documento comprovativo da sua identificação no ato de realização da prova.

1 — A avaliação de cada unidade curricular é expressa na escala de 0 (zero) a 20 (vinte) valores.

2 — Na avaliação são admitidos os seguintes regimes:

- Avaliação contínua;
- Avaliação periódica;
- Avaliação por exame.

3 - Em caso de avaliação inferior a 10 (dez) valores, o estudante só poderá inscrever-se ao exame de recurso.

4 - Compete ao docente responsável por cada unidade curricular definir as formas de avaliação a utilizar, informando os estudantes a seu respeito no início do semestre, junto com a entrega da ficha da unidade curricular. Salvo em casos excecionais, mediante proposta apresentada ao Conselho Pedagógico e por este Órgão aprovada, não é permitida qualquer alteração nos

critérios de avaliação após o início do semestre letivo.

5 - A prática por um estudante de qualquer irregularidade durante o processo de aprendizagem coletiva, em qualquer instrumento ou momento de avaliação, que permita a sua qualificação como fraude académica implicará a reprovação automática na unidade curricular em causa e poderá ser sujeito a penalizações adicionais. Estas penalizações terão como base o relatório do docente e serão discutidas no Conselho Pedagógico.

6 - As penalizações, para além da anulação dessa avaliação, poderão ser:

- a) Advertência;
- b) Suspensão temporária.

7 - A reincidência neste tipo de ações terá como consequência mínima a suspensão por um ano letivo, podendo mesmo resultar na expulsão do estudante.

Artigo 16.º

Avaliação contínua

1 — Entende-se por avaliação contínua a avaliação constante, que resulta da interação permanente entre docentes e discentes.

2 — No regime de avaliação contínua deverão ser explicitados na ficha de unidade curricular todos os critérios em que se fundamenta a apreciação do professor.

3 — No regime de avaliação contínua deve existir pelo menos uma avaliação individual. O peso da avaliação individual não poderá ser inferior a 40 %.

4 — A classificação da avaliação contínua terá de ser lançada até ao último dia útil da época normal de exames.

5 — Os estudantes com o Estatuto Trabalhador-Estudante que pretendam ser avaliados por exame na época normal, nas unidades curriculares em regime de avaliação contínua, deverão apresentar nos Serviços Académicos, até ao final do mês de novembro, no 1.º semestre, e do mês de março, no 2.º semestre, um requerimento a solicitar essa alteração. Deste modo, quem não o fizer será avaliado pelo regime de avaliação contínua, nos termos definidos na ficha de unidade curricular.

6 — O ponto anterior aplica-se também aos estudantes com unidades curriculares em atraso que se sobreponham em horário com as unidades curriculares do ano em que estão inscritos.

Artigo 17.º

Avaliação periódica

1 — Entende-se por avaliação periódica a avaliação que ocorre durante o semestre letivo em momentos pré-determinados pelo docente e explicitados no início do período letivo.

2 — A avaliação periódica poderá traduzir-se em testes, trabalhos em grupo ou individuais, entre outros, de acordo com o estipulado na ficha de unidade curricular.

3 — Deve existir pelo menos uma avaliação individual. O peso da avaliação individual não poderá ser inferior a 60 %.

4 — Na data marcada para o exame de época normal, pode ser realizado um teste. Neste caso, todos os outros momentos de avaliação terão de acontecer até 1 (uma) semana antes do final do período letivo.

5 — A classificação da avaliação periódica terá de ser lançada até 5 (cinco) dias úteis antes da data do mesmo exame da unidade curricular na época de recurso.

6 — Os estudantes com o Estatuto Trabalhador-Estudante que pretendam ser avaliados por exame na época normal, nas unidades curriculares em regime de avaliação periódica, deverão apresentar nos Serviços Académicos, até ao final do mês de novembro, no 1.º semestre, e do mês de março, no 2.º semestre, um requerimento a solicitar essa alteração. Deste modo, quem não o fizer será avaliado pelo regime de avaliação periódica, nos termos definidos na ficha de unidade curricular.

7 — O ponto anterior aplica-se também aos estudantes com unidades curriculares em atraso que se sobreponham em horário com as unidades curriculares do ano em que estão inscritos.

Artigo 18.º

Avaliação por exame

1 - Entende-se por avaliação por exame a aplicação de exame final sobre os conteúdos programáticos de cada unidade curricular.

2 - Será aprovado em exame final o estudante que obtenha nota igual ou superior a 10 (dez) valores.

3 - No exame final existem as seguintes épocas: época normal, época de recurso, época especial de finalistas e época especial para trabalhadores-estudantes.

4 - A classificação de cada exame de época normal terá de ser lançada até 5 (cinco) dias úteis antes da data do mesmo exame na época de recurso.

5 - A classificação de cada exame de época de recurso terá de ser lançada até ao máximo de 10 (dez) dias úteis após a realização do exame.

6 - A classificação dos exames das épocas especial de finalistas e para trabalhadores-estudantes deverá ser lançada até ao início do ano letivo seguinte.

7 - Têm acesso à época normal de exames:

- a) Os estudantes de unidades curriculares em regime de avaliação por exame;
- b) Os estudantes de unidades curriculares em regime de avaliação contínua ou avaliação periódica que, por razões justificadas previstas na lei ou definidas especificamente por disposições internas da ESCS, não tenham frequentado a unidade curricular nesse regime no respetivo semestre.

8 - Têm acesso à época de recurso de exames os estudantes que:

- a) Não tenham obtido aprovação na unidade curricular nos termos dos artigos 16.º, 17.º e 18.º deste Regulamento;
- b) Pretendam efetuar melhoria de nota, independentemente do regime de avaliação da respetiva unidade curricular.

- 9 - Os estudantes terão de se inscrever em cada exame até ao 3.º dia útil antes da data do respetivo exame.
- 10 - Os estudantes não se poderão inscrever na época de recurso a um conjunto de unidades curriculares que totalize mais de 30 (trinta) ECTS.
- 11 - Têm acesso à época especial os estudantes:
 - a) Com o Estatuto de Trabalhador-Estudante;
 - b) Que no final da época de recurso tenham até 20 (vinte) ECTS para concluir o curso e que estejam inscritos em trabalho final.
- 12 - Os estudantes terão de se inscrever em cada exame até ao 3.º dia útil antes da data do respetivo exame.
- 13 - O estudante que obtenha aprovação numa unidade curricular e deseje melhorar a sua classificação pode requerer novo exame, uma e uma só vez, até ao ano letivo seguinte. Este prazo caducará de imediato a partir do momento em que o estudante requeira o Certificado de Habilitações e/ou Certidão de Curso.

Artigo 19.º

Consulta de provas escritas

- 1 - Os estudantes têm o direito de consultar as suas provas até 5 (cinco) dias úteis após a divulgação das notas no portal académico.
- 2 - Na sessão agendada pelo responsável da unidade curricular para a consulta de provas, devem estar presentes os docentes envolvidos na correção das provas e os esclarecimentos serão dados explicitando a grelha de correção da prova.

Artigo 20.º

Revisão de provas escritas

- 1 - Atendendo à natureza da avaliação contínua que pressupõe a interação permanente entre docentes e discentes, a revisão de provas aplicar-se-á apenas às provas escritas de exame e de avaliação periódica.
- 2 - O pedido de revisão de provas escritas é efetuado nos Serviços Académicos, até 10 (dez) dias úteis após a publicação da classificação, estando sujeito ao pagamento dos emolumentos previstos. Após o pedido será fornecida ao estudante no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, cópia da prova e respetivos critérios de correção, tendo este até 2 (dois) dias úteis para entregar por escrito, em impresso fornecido pelos Serviços Académicos, a fundamentação do pedido de revisão de provas escritas.
- 3 - O pedido será enviado ao coordenador da secção onde se insere a unidade curricular (e dado conhecimento ao docente responsável da unidade curricular), que providenciará um outro docente, que não o responsável pela correção, para que se pronuncie por escrito sobre o pedido no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis. São liminarmente indeferidos os pedidos de revisão de provas escritas cuja fundamentação não incida nos critérios de correção.
- 4 - O docente responsável pela revisão da prova escrita informa o coordenador da secção sobre o resultado do pedido de revisão da prova escrita e o coordenador da secção envia o resultado aos Serviços Académicos.
- 5 - O resultado da revisão de provas escritas será formalmente comunicado pelos Serviços Académicos ao estudante, coordenador de curso e professor responsável da unidade curricular no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, dando a conhecer todos os elementos do processo.
- 6 - Uma vez concluído o processo, o professor responsável da unidade curricular informará por escrito os Serviços Académicos da eventual necessidade de corrigir a pauta de classificações. Desta correção não poderá resultar a descida de uma classificação superior a 10 (dez) para uma inferior a este valor.
- 7 - Caso o desfecho do processo de revisão prove ser válida a pretensão do estudante, haverá lugar à devolução do emolumento pago inicialmente.
- 8 - Os prazos referidos neste artigo são contados apenas dentro dos períodos letivos ou de avaliação.

Artigo 21.º

Recurso da revisão de provas escritas

- 1 - O recurso da revisão de provas escritas, devidamente fundamentado, deverá ser requerido ao Presidente do Conselho Pedagógico, no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis a contar da data em que o resultado da revisão de provas foi conhecido, que apreciará a sua admissibilidade.
- 2 - Existindo no recurso matéria científica para a qual se considere necessária a emissão de um parecer especializado, deverá o Conselho Pedagógico requerer a constituição de um júri para esse efeito, do qual não poderão fazer parte os docentes envolvidos na leção da unidade curricular ou na revisão da nota.
- 3 - O teor da decisão final deve ser transmitido ao coordenador de curso, ao responsável da unidade curricular e ao recorrente, bem como aos Serviços Académicos, para eventual correção da pauta de classificações.

Artigo 22.º

Trabalhador-Estudante

1 — Ao abrigo da Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro (Lei que aprovou o Código do Trabalho), regulamentada pela Lei n.º 105/2009, de 14 de setembro, o presente artigo aplica-se aos estudantes:

- a) Trabalhadores por conta de outrem em organismo público ou privado, independentemente do vínculo laboral;
- b) Trabalhadores por conta própria;
- c) Que frequentem cursos de formação profissional ou programa de ocupação temporária de jovens, desde que com duração igual ou superior a 6 (seis) meses.

2 — O Estatuto do Trabalhador-Estudante pode ser requerido até final de março, sendo válido apenas para o ano letivo em questão. No caso de o requerimento ser entregue depois do mês de novembro, os benefícios inerentes a este estatuto só serão concedidos para o semestre seguinte. O requerimento deve ser acompanhado da prova da condição de trabalhador-estudante nos termos dos números anteriores.

3 — A prova da condição de trabalhador far-se-á mediante a entrega dos seguintes documentos:

3.1 — Se trabalhador por conta de outrem no setor privado:

- a) Documento da Segurança Social, comprovativo da inscrição como beneficiário e da efetivação de descontos. Se o estudante, à data de requerimento do estatuto, só possuir ainda o documento de inscrição na Segurança Social, o estatuto só será atribuído para esse período letivo, pelo que o estudante deverá requerer novamente o estatuto, e apresentar toda a documentação, no período letivo seguinte;
- b) Cópia do Contrato de trabalho ou Declaração emitida pela respetiva entidade patronal.
- c) O contrato ou a declaração referidos na alínea b) podem ser dispensados se o documento referido na alínea a) comprovar a efetivação dos descontos até ao terceiro mês anterior àquele em que o estatuto é requerido.

3.2 — Se funcionário, agente ou com contrato individual de trabalho, do Estado ou de outra entidade pública:

- a) Declaração do respetivo serviço, devidamente autenticada com selo branco, subscrita pelo dirigente máximo do serviço ou responsável pelo respetivo departamento de recursos humanos.

3.3 — Se trabalhador por conta própria:

- a) Declaração de IRS do ano anterior ou declaração de início de atividade;
- b) Documento da Segurança Social comprovativo da inscrição como beneficiário e da efetivação de descontos até ao terceiro mês anterior àquele em que o estatuto é requerido ou da respetiva isenção.

3.4 — Se frequenta curso de formação profissional ou programa de ocupação temporária de jovens:

- a) Documento comprovativo que explicita uma duração mínima de 6 meses, com indicação do início e duração da atividade e do registo de acreditação da formação ou programa de ocupação temporária de jovens, passado por entidade autorizada a desenvolver o respetivo curso ou programa.

4 — Os documentos mencionados nos números 3.1, 3.2 e 3.3 devem ter data igual ou inferior a 30 dias.

5 — Serão liminarmente indeferidos os requerimentos que:

- a) Sejam apresentados fora do prazo previsto nos números anteriores;
- b) Não sejam acompanhados dos documentos previstos no n.º 3.

6 — O trabalhador-estudante não está sujeito:

- a) À frequência de um número mínimo de unidades curriculares, e respetivos ECTS, em cada ano letivo;
- b) Ao regime de prescrição;
- c) Às disposições legais que façam depender o aproveitamento escolar da frequência de um número mínimo de aulas por unidade curricular, exceto os que optarem pela avaliação contínua;
- d) Normas que limitem o número de exames a realizar na época de recurso e especial.

7 — Os estudantes com estatuto de trabalhador-estudante que se mantiverem na avaliação contínua ou periódica ficam sujeitos às normas definidas nessas unidades curriculares.

8 — Aplicam-se aos trabalhadores-estudantes todas as demais normas de avaliação e as condições de acesso a exame final, fixadas para os estudantes ordinários.

9 — Nos casos das unidades curriculares que se revistam de caráter de exercício coletivo, transpondo para o processo de aprendizagem a situação do exercício profissional, e em que o desempenho de cada indivíduo condiciona o desempenho do grupo, a aprovação na unidade curricular está condicionada ao cumprimento do programa nas sucessivas etapas previstas.

10 — O trabalhador-estudante não está sujeito a normas que limitem o número de exames a realizar na época de recurso e especial.

11 — As unidades curriculares com horário pós-laboral devem assegurar que os exames e as provas de avaliação, bem como serviços mínimos de apoio ao trabalhador-estudante, decorram também no horário pós-laboral, na medida do possível.

Artigo 23.º

Dirigente associativo estudante do ensino superior

1 — O presente artigo aplica-se, ao abrigo da Lei n.º 23/2006, de 23 de julho, “Regime Jurídico do Associativismo Jovem”, aos estudantes da ESCS que sejam dirigentes da Associação de estudantes ou de Federações Académicas.

2 — A Associação de Estudantes deverá indicar ao Presidente da ESCS, os estudantes/dirigentes a abranger pelo respetivo estatuto através do envio da cópia da ata de tomada de posse de cada dirigente associativo, no prazo de 30 (trinta) dias úteis a contar da data da mesma. Os estudantes de Federações Académicas deverão entregar, no mesmo prazo, nos Serviços Académicos

documento comprovativo da sua tomada de posse.

3 — A suspensão, cessação ou perda de mandato do dirigente deve ser comunicada pela respetiva associação ao Presidente da ESCS, no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da data da sua efetivação. Os estudantes de Federações Académicas deverão anualmente entregar nos Serviços Académicos documento comprovativo da manutenção do seu mandato.

4 — O dirigente associativo goza dos seguintes direitos:

- a) Relevações de faltas às aulas, quando motivadas pela comparência em reuniões dos órgãos a que pertençam, no caso de estas coincidirem com o horário letivo;
- b) Relevação de faltas às aulas motivadas pela comparência em atos de manifesto interesse associativo.

5 — A relevação das faltas depende da sua comunicação ao Presidente da ESCS, que definirá também o tipo de documento comprovativo justificativo da comparência nas atividades referidas no n.º 4.

6 — Esta comunicação deve ser feita pela Associação de Estudantes/ Federações Académicas até ao fim da primeira semana do mês seguinte àquele a que as faltas dizem respeito, nunca ultrapassando o dia posterior ao termo das aulas, para que os docentes sejam informados a tempo de contabilizarem as referidas justificações na determinação das condições de frequência dos estudantes.

7 — O incumprimento do prazo fixado na alínea anterior implica a não relevação das faltas.

8 — O dirigente associativo goza, ainda, dos seguintes direitos:

- a) Requerer exame na época especial a 2 (duas) unidades curriculares anuais ou equivalentes, quando tal seja possível;
- b) Requerer até 5 (cinco) exames em cada ano letivo para além dos exames nas épocas consagradas para os estudantes ordinários, com um limite máximo de 2 (dois) por unidade curricular;
- c) Adiar a apresentação de trabalhos e relatórios escritos, para data acordada com o docente responsável pela unidade curricular, se previsto nas normas internas em vigor na respetiva unidade orgânica.

9 — Os direitos conferidos neste ponto podem ser exercidos no prazo de um semestre ou período letivo equivalente após o termo do mandato como dirigentes, desde que este prazo não seja superior ao tempo em que foi efetivamente exercido o mandato.

10 — Independentemente do regime de avaliação da unidade curricular, o estudante pode optar por fazer a avaliação por exame, de acordo com as disposições internas da ESCS.

11 — Os estudantes que pretendam realizar exames ao abrigo do n.º 8, devem efetuar o requerimento até ao dia 21 (vinte e um) do mês anterior àquele em que os exames serão realizados. Esta regalia não é aplicável no mês de agosto e nos meses em que decorram os exames das épocas normal e de recurso.

12 — Compete ao Presidente da ESCS assegurar que o exame tenha lugar no decurso do mês para que é requerido, de preferência em data acordada entre o docente e o estudante.

13 — O acesso a exames previstos no n.º 8 só poderá ter lugar depois da frequência da unidade curricular, e desde que o estudante reúna as condições de acesso a exame previstos no respetivo regulamento de avaliação.

14 — Quando, pela aplicação dos números anteriores, o estudante vir alterado o número de ECTS já realizados poderá, desde que ainda não tenha decorrido 1/3 dos dias letivos do período letivo, alterar as unidades curriculares em que se encontra inscrito. A alteração da inscrição deverá ser efetuada no prazo de 7 (sete) dias consecutivos, contados a partir da data da publicação dos resultados do último exame.

15 — Os estudantes têm direito à relevação de faltas às aulas motivadas pela comparência em reuniões da assembleia geral no caso de estas coincidirem com o horário letivo.

16 — Para efeitos do número anterior, caberá à mesa da assembleia geral a entrega da listagem dos estudantes presentes ao Presidência da ESCS, num prazo máximo de 48 horas após o término da assembleia geral.

17 — Aos estudantes do Instituto Politécnico de Lisboa que desempenhem as funções de membros de direção de Federações Académicas é aplicável o estatuto do dirigente associativo, nos termos do disposto no presente artigo.

18 — Os estudantes representantes dos estudantes em organismos nacionais — em que tal representação esteja legalmente prevista — poderão gozar de algumas das regalias previstas no presente artigo, a requerimento do interessado, mediante despacho do Presidente da unidade orgânica, atendendo à natureza do organismo e das funções nele desempenhadas e ao grau de exigência da participação.

19 — As regalias previstas nos dois números anteriores não são acumuláveis entre si, nem com as concedidas pelo presente artigo aos dirigentes associativos abrangidos pelo n.º 1.

20 — Os direitos consagrados neste artigo podem ser exercidos de forma ininterrupta, por opção do dirigente, durante o mandato e no período de 12 (doze) meses subsequentes ao fim do mesmo, desde que nunca superior ao lapso de tempo em que foi efetivamente exercido o mandato.

21 — Os benefícios do regime de dirigente associativo cessam quando não tiver aproveitamento em 2 (dois) anos consecutivos ou 3 (três) interpolados. Para este efeito, considera-se que este tem aproveitamento escolar quando consegue aprovação em mais de metade das unidades curriculares em que estiver inscrito, arredondando por defeito este número quando necessário.

22 — No ano letivo subsequente àquele em que perdeu os benefícios, o estudante que mantenha as condições de dirigente associativo pode voltar a requerer o estatuto, não podendo esta situação ocorrer mais do que 2 (duas) vezes.

Artigo 24.º

Outros estatutos especiais de estudante do ensino superior

1 — O presente artigo aplica-se aos estudantes da ESCS que tenham um estatuto especial:

- a) Estatuto de parturiente;
- b) Estatuto de mães e pais estudantes;
- c) Estatuto de dirigentes de associações juvenis;
- d) Estatuto de estudante praticante desportivo de alto rendimento;
- e) Estatuto de estudantes que integrem órgãos de gestão do IPL;
- f) Estatuto de estudantes investigadores;
- g) Estatuto de estudante portador de deficiência;

- h) Estatuto de estudante portador de doença infetocontagiosa ou com incapacidade temporária;
 i) Estatuto de estudante bombeiro;
 j) Estatuto de estudante voluntário.
 2 — Aos estudantes mencionados no número anterior aplica-se o exposto no Anexo IV do Manual Académico do IPL.

Artigo 25.º

Inscrição para o trabalho final

- 1 — A inscrição do projeto de investigação para a realização da dissertação, do trabalho de projeto ou do estágio com relatório tem como condição a conclusão prévia de pelo menos 60 (sessenta) ECTS.
 2 — A defesa da dissertação, do trabalho de projeto ou do relatório de estágio tem como condição a realização prévia de 75 (setenta e cinco) ECTS.
 3 — A inscrição do projeto de investigação para a realização do trabalho final de mestrado (dissertação, trabalho de projeto ou estágio com relatório) está sujeita a registo, a efetuar nos Serviços Académicos da ESCS, em impresso próprio, até ao final do mês de fevereiro do último ano letivo do curso.
 4 — A inscrição a que se refere o número anterior é válida no ano letivo em que é efetuada e no ano letivo seguinte.
 5 — Em caso de interrupção do curso, a inscrição a que se referem os números anteriores caduca, devendo ser efetuado novo registo até ao final do mês de fevereiro do ano letivo em que o estudante retoma o curso.

Artigo 26.º

Normas de estilo: Dissertação/Trabalho de Projeto/ Relatório de Estágio

- 1 — Referenciação:
 1.1 — Os sistemas de referenciação aceites são os da Associação Americana de Psicologia (American Psychological Association – APA), última edição.
 2 — Grafismo:
 2.1 — A apresentação das dissertações, relatórios de estágio ou trabalhos de projeto de mestrado deverá garantir uma boa legibilidade e a harmonização gráfica conjunta, pelo que a sua formatação deverá obedecer às seguintes normas de estilo:
 a) Formato A4, impresso em papel branco de 80 gramas;
 b) Margem exterior, superior e inferior com o mínimo de 2 centímetros, e margem interior com o mínimo de 2,5 centímetros;
 c) Corpo do texto composto a preto em fonte tipográfica serifada (ex.: Times New Roman);
 d) Títulos compostos a preto, ou cor escura, em fonte serifada ou não serifada (ex.: Arial);
 e) Tamanho de letra e entrelinha variáveis de modo a garantir um número médio de caracteres por página entre 2200 e 3200, incluindo espaços (ex.: Times New Roman, corpo 12, com espaçamento entre linhas de 1,5);
 f) Numeração de página até à introdução (exclusive) em numeração romana, na margem inferior ou exterior;
 g) Numeração de página do corpo do trabalho e anexos em algarismos árabes, na margem inferior ou exterior;
 h) Capa de acordo com o modelo único predefinido (ver Anexo I).
 3 — Parte para textual:
 3.1 — Declaração anti plágio.
 3.2 — Resumo em português e em inglês não excedendo os 1500 caracteres, 5 palavras-chave em ambas as línguas.
 4 — Extensão total:
 4.1 — A extensão total da dissertação, do trabalho de projeto ou do relatório de estágio deve situar-se entre os limites mínimo e máximo de 120 000 caracteres e 180 000 caracteres com espaços, excluindo bibliografia e anexos.

Artigo 27.º

Regime de transição e prescrição

- 1 — Para efeitos de prescrição, considera-se como ano de frequência aquele em que o estudante estiver inscrito em mais ECTS.
 2 — Ao abrigo do disposto na Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto, os estudantes estão sujeitos ao seguinte regime de prescrições nos cursos de mestrado:

Número máximo de inscrições anuais	ECTS obtidos	N.º máximo de semestres para conclusão do curso
3	0 a 59	} 8
4	60 a 120	

- 3 — O estudante tem até 6 (seis) semestres para concluir os primeiros 60 (sessenta) ECTS.
 4 — O estudante tem até 8 (oito) semestres para concluir os 120 (cento e vinte) ECTS que lhe conferem o grau de mestre.
 5 — Os estudantes com Estatuto de Trabalhador-Estudante e Estatuto de Dirigente Associativo do Ensino Superior não estão sujeitos ao regime de prescrições.

6 — Após a cessação dos benefícios de Trabalhador-Estudante e Dirigente Associativo, o estudante fica sujeito ao regime de prescrições.

Artigo 28.º

Processo de nomeação do(s) orientador(es) e regras a observar na orientação

- 1 — O(s) orientador(es) do trabalho final (dissertação, trabalho de projeto ou relatório de estágio) deve(m) ser detentor(es) do grau de Doutor ou Especialistas de reconhecida experiência e competência profissional.
- 2 — No caso de se tratar de um estágio com relatório, é necessária a indicação de um responsável pelo estágio que deverá ser o responsável do setor ou departamento da organização onde se efetue o estágio, o qual será nomeado pela organização e aprovado pelo Conselho Técnico-Científico da ESCS.
- 3 — A proposta de nomeação do(s) orientador(es) deverá ser acompanhada por uma informação conjunta do mestrando e do(s) orientador(es) proposto(s) sobre o tema da dissertação, do trabalho de projeto ou do relatório de estágio com uma breve descrição do trabalho a realizar. A entrega desta proposta ao Conselho Técnico-Científico deverá ser efetuada nos prazos estipulados pela Direção e que serão divulgados aos estudantes.
- 4 — A nomeação do(s) orientador(es) é feita pelo Conselho Técnico-Científico da ESCS no prazo de 22 (vinte e dois) dias úteis após a entrega da proposta.

Artigo 29.º

Regras sobre a entrega e apresentação da dissertação, ou do trabalho de projeto ou do relatório de estágio e sua apreciação

- 1 — Sem prejuízo do regime de prescrições definido no presente Regulamento, a dissertação, o trabalho de projeto ou o relatório de estágio deve ser entregue até ao último dia do último semestre previsto para a conclusão do curso, ou em data anterior, mas nunca antes da conclusão da parte escolar do Mestrado (75 (setenta e cinco) ECTS).
- 2 — O trabalho final pode ser redigido, apresentado e discutido em outra língua dos países da União Europeia, sendo que o uso de outra língua carece de autorização prévia por parte do orientador e da comissão científica dos mestrados, tendo que incluir um resumo alargado em língua portuguesa.
- 3 — O estudante deverá enviar por correio eletrónico (próprio para o efeito) o impresso do pedido de realização de prova pública, com o parecer do(s) orientador(es), acompanhado pela versão final do trabalho e o *Curriculum Vitae*.
- 4 — Nos 30 (trinta) dias subsequentes à data do despacho de nomeação do júri, o estudante será informado da aceitação da dissertação, do trabalho de projeto ou do relatório de estágio, ou, em alternativa, da recomendação para a sua reformulação, com indicações precisas para a mesma.
- 5 — Verificada a situação a que se refere a parte final do número anterior, o estudante disporá de um prazo máximo de 40 (quarenta) dias úteis durante o qual pode proceder à reformulação da dissertação, do trabalho de projeto ou do relatório de estágio, ou declarar que o(a) mantém tal como o(a) apresentou.
- 6 — Recebida a dissertação, o trabalho de projeto ou o relatório de estágio reformulado(a), ou feita a declaração referida no número anterior, procede-se à marcação da prova de discussão.
- 7 — Considera-se ter havido desistência do estudante se, esgotado o prazo referido no n.º 5, este não apresentar uma dissertação, um trabalho de projeto ou um relatório de estágio, nem declarar que prescinde da respetiva reformulação.

Artigo 30.º

Prazos máximos para a realização do ato público de defesa da dissertação, do trabalho de projeto ou do relatório de estágio

As provas devem ter lugar no prazo de 80 (oitenta) dias úteis a contar:

- a) Do despacho de aceitação da dissertação, do trabalho de projeto ou do relatório de estágio;
- b) Ou da data da entrega da dissertação, do trabalho de projeto ou do relatório de estágio reformulado(a), ou da declaração do estudante de que prescinde da reformulação.

Artigo 31.º

Regras sobre a nomeação, composição e funcionamento do júri

- 1 — A dissertação, o trabalho de projeto ou o relatório de estágio será objeto de apreciação e discussão pública por um júri nomeado pelo Conselho Técnico-Científico da ESCS.
 - 2 — O júri que apreciará a dissertação, o trabalho de projeto ou o relatório de estágio deverá ser nomeado no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis após a respetiva entrega.
 - 3 — O júri deve integrar entre 3 (três) e 5 (cinco) membros sendo que, caso exista mais do que um orientador, apenas um pode integrar o júri.
 - 4 — Os membros do júri devem ser especialistas no domínio em que se insere a dissertação, o trabalho de projeto ou o relatório de estágio e são nomeados de entre os nacionais ou estrangeiros titulares do grau de Doutor ou especialistas de mérito reconhecido como tal pelo Conselho Técnico-Científico da ESCS.
 - 5 — O despacho de nomeação de júri deve ser comunicado ao estudante por escrito no prazo de 10 (dez) dias úteis após a sua nomeação.
 - 6 — Para apreciação da dissertação, do trabalho de projeto ou do relatório de estágio, o júri será presidido pelo membro mais antigo da categoria mais elevada pertencente à ESCS.
 - 7 — Após a discussão da dissertação, do trabalho de projeto ou do relatório de estágio em prova pública, o júri reúne para apreciação e classificação da prova, sendo que:
- a) As deliberações do júri são tomadas por maioria dos membros que o constituem, através de votação nominal justificada, não

sendo permitidas abstenções;

- b) Das reuniões do júri são lavradas atas, das quais constam os votos de cada um dos seus membros e a respetiva fundamentação, que pode ser comum a todos ou a alguns membros do júri;
- c) No caso de a dissertação, o trabalho de projeto ou o relatório de estágio ter merecido aprovação, a sua classificação é a que resultar da média aritmética das classificações atribuídas por cada membro do júri na escala numérica de 10 (dez) a 20 (vinte) valores.

Artigo 32.º

Regras sobre a prova pública de defesa da dissertação de mestrado, do trabalho de projeto ou do relatório de estágio

1 — Na prova de defesa da dissertação, do trabalho de projeto ou do relatório de estágio, que terá a duração máxima de 90 (noventa) minutos, o estudante pode fazer uma apresentação com duração máxima de 15 (quinze) minutos, seguindo-se a discussão, em que podem ser intervenientes todos os membros do júri.

2 — Na discussão da dissertação, do trabalho de projeto ou do relatório de estágio, deverá ser proporcionado ao estudante tempo idêntico ao utilizado pelos membros do júri.

3 — Na discussão da dissertação, do trabalho de projeto ou do relatório de estágio, os membros do júri poderão propor alterações ao texto apresentado. Estas alterações deverão ser efetuadas num prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis após a realização da prova pública.

Artigo 33.º

Processo de atribuição da classificação da pós-graduação

1 — Ao certificado de pós-graduação é atribuída uma classificação final situada no intervalo de 10 (dez) a 20 (vinte) da escala numérica inteira de 0 (zero) a 20 (vinte).

2 — A classificação final do certificado de pós-graduação corresponde à média, ponderada por ECTS, das classificações obtidas nas unidades curriculares em que o estudante realizou os 60 (sessenta) ECTS, correspondentes aos 2 (dois) primeiros semestres da parte escolar do Mestrado.

Artigo 34.º

Processo de atribuição da classificação do mestrado

1 — Ao grau de mestre é atribuída uma classificação final situada no intervalo de 10 (dez) a 20 (vinte) da escala numérica inteira de 0 (zero) a 20 (vinte), bem como o seu equivalente na escala europeia de comparabilidade de classificações.

2 — A classificação final do grau de mestre corresponde à média, ponderada por ECTS, de todas as classificações obtidas.

Artigo 35.º

Prazos de emissão da carta de curso e certidões

1 — A emissão da certidão final do curso será feita no prazo de 20 (vinte) dias úteis após a sua requisição, à exceção da época de matrículas/inscrições, em que o prazo poderá ser estendido até 30 (trinta) dias úteis.

2 — A emissão da carta de curso será efetuada no prazo de 1 (um) ano após requisição.

Artigo 36.º

Processo de acompanhamento pelos órgãos pedagógico e científico

O processo de acompanhamento dos cursos de Mestrado é da responsabilidade do Conselho Técnico-científico e do Conselho Pedagógico da ESCS.

Artigo 37.º

Casos Omissos

Os casos omissos serão decididos, segundo a matéria a que respeitem, pelos órgãos de gestão competentes.

Título da Dissertação

NOME DO CANDIDATO

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA COMO REQUISITO PARCIAL PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE

MESTRE EM ...

Orientador(a):

[grau] [nome], [categoria],
[instituição]

[MÊS, ANO]